



Julia Messina

Nas entrelinhas: o Rio de Janeiro do século XX segundo os diários de Lima Barreto.

Dissertação de Mestrado.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Valter Sinder

Rio de Janeiro
Abril de 2013



Julia Messina

Nas entrelinhas: o Rio de Janeiro do século XX segundo os Diários de Lima Barreto

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Valter Sinder

Orientador

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Amir Geiger

UNIRIO

Prof. Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Coordenadora Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2013

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Julia Messina

Possui graduação em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (2009), mestrado em Ciências Sociais pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio (2013).

Ficha Catalográfica

Messina, Julia

Nas entrelinhas: o Rio de Janeiro do século XX segundo os diários de Lima Barreto / Julia Messina ; orientador: Valter Sinder. - 2013.

57 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (especialização)– Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Ciências Sociais – TCC. 2. Barreto, Lima. 3. Escrita de si. 4. Modernização. 5. Saber psiquiátrico. I. Sinder, Valter. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Agradecimentos

Concluído o trabalho, é hora de agradecer a todos os que o tornaram possível. Primeiro, gostaria de agradecer aos meus pais e a minha irmã pelo apoio e incentivo incondicionais ao longo do percurso. Agradeço também à vovó – que sempre perguntava o que eu fazia na PUC, e esteve conosco durante a maior parte do mestrado. Esta dissertação é uma conquista de todos nós.

Nossa e do meu orientador, Valter Sinder, que me acompanha desde a pesquisa PIBIC em “Antropologia e Tradução”. Na verdade, começou antes: data do dia em que eu fui ao Departamento de Sociologia com a ideia de mudar de curso. À época, eu havia concluído a disciplina “Antropologia Cultural”, com a professora Santuza Cambraia, e pensava seriamente em pedir transferência para a graduação em Ciências Sociais. Terminei o curso que havia começado, mas, em compensação, fiz todas as matérias possíveis na área de Antropologia e algumas em Sociologia. Valter, muito obrigada pelas aulas, conversas e paciência ao longo dos anos - e obrigada por aceitar me orientar!

Também gostaria de agradecer às pessoas queridas que estiveram comigo ao longo do caminho: Bruno do Nascimento Lyra, Danielle de Oliveira Vieira (que chegou no dia da defesa com flores lindas – uma cena inesquecível!), Gleice Ramos, Sara Zarucki, Antônio Carlos Guimarães, Luzia da Silva, Carmen Maria Baptista Corrêa, Naida Queiroz. E, claro, muito obrigada à Ana Roxo e à Mônica Gomes, pelo carinho e apoio de desde antes do mestrado!

A meus pais e Maly,
Com muito carinho

A Nininha, Dju-dju e o quinteto,
Sempre presentes

Resumo

Messina, Julia, Sinder, Valter. **Nas entrelinhas: o Rio de Janeiro do século XX segundo os diários de Lima Barreto**. Rio de Janeiro, 2013. 57p. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objeto central os diários de Lima Barreto, redigidos no início do século XX. As anotações contêm a diferenciada perspectiva do escritor sobre o processo de modernização, conhecido como “Renovação”, que modificava o cenário urbano do Rio de Janeiro. No contexto de intensas transformações políticas e sociais, Lima Barreto foi internado duas vezes no Hospital Nacional de Alienados – em uma delas, escreveu o “Diário do Hospício”, documento que reúne detalhado registro sobre a rotina dos internos e o uso do poder psiquiátrico como mecanismo de controle, sobretudo, social. Relegado às margens pela *intelligensia* carioca, Lima Barreto revisiona esse espaço e recria a sua própria condição por meio da escrita, problematizando aspectos que seriam valorizados pelas correntes literárias posteriores, notadamente o modernismo.

Palavras-chave

Lima Barreto; Escrita de Si; modernização; saber psiquiátrico.

Abstract

Messina, Julia, Sinder, Valter.. (Advisor) **Between the lines: Rio de Janeiro in the XX century according to Lima Barreto's diaries.** Rio de Janeiro, 2013. 57p. MSc. Dissertation. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The main objective of this work is to analyze Lima Barreto's diaries, written in the beginning of the XX century. These notes contain the writer's unique perspective about the modernization process that occurred in Rio de Janeiro, known as "Renovação". In the context of intense political and social transformations, Lima Barreto was twice confined in the Hospital Nacional de Alienados - in one of these occasions, he wrote the "Diário do Hospício", a document that gathers detailed record about the routine of the inmates and the use of psychiatric power as a mechanism of social control. Relegated to the margins by the carioca *intelligentsia*, Lima Barreto supersedes this space and recreates his condition through writing, discussing aspects that would be reinforced by later literary currents, especially the Modernism.

Keywords

Lima Barreto; Writing the Self; modernization; psychiatric knowledge.

Sumário

1. O Rio de Janeiro da Época	9
1.1. Processo civilizatório para o Rio de Janeiro	9
1.2. O lugar das Ideias	12
1.3. Contexto político: Primeira República	13
2. Intelectualidade carioca	15
2.1. Campo intelectual no Rio de Janeiro do final do século XIX ao início do século XX	15
2.2. Geração de 1870	17
2.3. A Academia Brasileira de Letras (ABL)	19
2.4. Breve biografia	20
2.5. Lima Barreto: estigma ou prestígio?	26
2.6. Lugares de fala da intelectualidade carioca	27
2.7. Literatura Militante: a perspectiva social nas letras	28
3. O diário do hospício	31
3.1. Por que estudar os diários?	31
3.2. O contexto da internação	32
3.3. Ideias eugênicas e sua aplicação.	34
3.4. Os precursores do Hospício: a “sombria cidade de lunáticos” (BARRETO, 2010, p. 70)	35
3.5. O alcoólatra na Primeira República: caso de polícia e de internação	38
4. A escrita	44
4.1. Autor ou signatário? Questionamentos sobre o conceito de “autor” nos Diários de Lima Barreto	44
4.2. A função autor	45
4.3. A escrita de si	46
4.4. Escrita etnográfica	47
Conclusão	52
Referências bibliográficas	55

1.

O Rio de Janeiro da época

“Os poetas, os mendigos, os vagabundos e os celibatários – aqueles por estimularem a ilusão em lugar da verdade, e os demais por não cumprirem com os deveres de cidadãos – serão expulsos da cidade perfeita. Todo e qualquer fator emocional, afetivo e erótico será eliminado da vida social, onde deve imperar a objetividade, a racionalidade e o pragmatismo” (GULLAR, 1997, p. 99).

O excerto acima foi retirado do conto “Adrixerlinus” (“cidade perfeita” no idioma xerniense), que narra a tentativa de se criar uma cidade perfeita. Para erguer Adrixerlinus, inconformado com a incapacidade de transformar o espaço, o governante destruiu Xérnie, a cidade que antes ali existia. Se não fosse pela incompatibilidade temporal (o livro foi lançado em 1997), o trecho destacado poderia ser utilizado como slogan do processo de modernização vivenciado pelo Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX.

1.1.

Processo civilizatório para o Rio de Janeiro

O movimento de modernização diversas vezes criticado por Lima Barreto aconteceu no início do século XX; contudo, não foi esta a primeira grande onda de intervenção no espaço e na rotina dos cariocas. Ao longo de todo o século XIX, especialmente a partir da vinda da Corte para o Brasil, havia o projeto imperial de “civilizar” a sociedade brasileira, numa tentativa de dissociá-la de seu passado colonial e aproximá-la daquilo que os padrões culturais europeus estabeleciam como “modelo de civilização”.

A partir de 1808, por meio de estratégias culturais, políticas e estéticas (com destaque para as missões francesa e austríaca, que vieram remodelar o traçado urbano e artístico da cidade), pretendia-se mudar a fisionomia do país. O maior paradigma para as transições era a França:

“A França, naquele momento – apesar da supremacia econômica da Inglaterra – é considerada o centro difusor da cultura ocidental, assumindo mesmo o papel de país mediador entre o pensamento britânico e alemão os demais países latinos do sul continente europeu e os países americanos, familiarizados com a língua francesa. Conciliando a expansão econômica inglesa e a pretensão de hegemonia cultural da França, os intelectuais brasileiros acomodam todas as tendências ideológicas emergentes aos interesses locais. Desde a Revolução de 1789,

considerando o evento político paradigmático da modernidade ocidental, a França se estabelece também como o polo de produção e de difusão cultural mais importante, como o parâmetro civilizatório universal” (VELOSO, MADEIRA; 1999 p. 67).

Ao longo do século XIX, reformas urbanísticas e nos costumes foram gradualmente implementadas – além disso, havia forte pressão para a abolição do tráfico de escravos. A princípio, esses movimentos podem parecer distantes, mas todos convergem para o projeto civilizatório, cujo principal objetivo era apagar quaisquer vestígios do passado colonial.

Lima Barreto viveu no final do século XIX e início do século XX, período caracterizado pelas reformas conhecidas como “Regeneração”. Especialmente após a transição política que tornou o Brasil uma República, havia a necessidade de modernizar e “civilizar” o espaço, começando pela capital, o Rio de Janeiro. Assim, a cidade passou por diversas reformas urbanísticas:

“A expressão popular de então, o 'bota abaixo', sintetiza a passagem do Rio de Janeiro colonial para sua 'fase áurea', após as reformas urbanísticas, sanitárias e arquiteturas visando ao embelezamento da cidade. Tantas transformações traziam consigo a necessidade de reordenamentos políticos e institucionais, que permitissem alcançar os patamares de civilização e modernidade almejados” (VELOSO, MADEIRA; 1999, p. 39-40).

Em trechos de seus diários, Lima Barreto apresenta considerável perplexidade perante a agressividade das transições vividas. Não apenas o cenário urbano se modificava, mas também todos os costumes e práticas que, associados ao Brasil Colônia, eram entendidos como “atraso”. O progresso avançava às custas da desagregação de hábitos e remanejamentos sociais – mas a modificação estrutural não implicava necessariamente em melhorias da qualidade de vida ou inserção do ex-escravo na sociedade enquanto indivíduo portador de direitos:

“A substituição do trabalho escravo pelo assalariado se deu associada à percepção de uma sociedade dividida entre senhores indefesos, de um lado, e escravos violentos, de outro. A escravidão passou a ser vista como problemática e se falava, entre as camadas letradas, de um ‘perigo negro’, que traria riscos à sobrevivência da civilização no Brasil” (VENTURA, 1991, p. 45-46).

Analisando o período estudado, Celso Furtado afirma que a modernização direcionava-se para o incremento da produtividade e competitividade internacional, sendo a maior preocupação econômica à época (e até meados dos

anos 1950) o fomento de indústrias modernas, e não a geração de emprego / inclusão da mão de obra ex-escrava (FURTADO, 2000, p. 14):

“O próprio compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para a aceleração em escala sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca. A penetração intensiva de capital estrangeiro, ativando energicamente a cadência dos negócios e a oscilação das fortunas, vem corroborar e precipitar esse ritmo, alastrando-o numa amplitude que arrebatava a todos os setores da sociedade” (SEVCENKO, 1989, pp. 26-27).

A Regeneração era um movimento altamente seletivo: trazia a “civilização” para o Brasil, sendo a modernidade implementada de forma parcial, estendida para a reorganização do espaço, mas incapaz de atingir as questões sociais da época – como será visto posteriormente, a política pública para redução de assimetrias sociais foi a internação compulsória. Essa abordagem é bastante semelhante ao caso estudado por Norbert Elias e Scotson, em “Estabelecidos e Outsiders”, em que os autores analisam a dinâmica entre grupos de moradores de uma pequena comunidade de Winston Parva:

“A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer. O desprezo absoluto e a estigmatização unilateral e irremediável dos outsiders, tal como a estigmatização dos intocáveis pelas castas superiores da Índia ou a dos escravos africanos ou seus descendentes na América, apontam para um equilíbrio de poder muito instável. Afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 23-24).

No caso do estudo de Elias, o critério que definia os estabelecidos era o de tempo: os mais antigos estigmatizavam os novos moradores, por entender que lhes faltava uma espécie de “carisma grupal”. Uma vez estabelecida a distinção, as famílias antigas se definiam como pertencentes a uma ordem melhor e superior de seres humanos, lançando forte estigma sobre os novos residentes. Assim, atributos estabelecidos de forma relativa, decorrentes da leitura dos mais antigos, por vezes são entendidos como absolutos, de maneira que os grupos posteriores sentem-se inferiorizados. Mas esse não é um movimento unilateral. A sociodinâmica da

estigmatização demonstra que os estigmas são, de certa forma, recíprocos, já que os grupos mais recentes também subjetivam de forma pejorativa os antigos moradores:

“Era fácil perceber, nesse contexto, que a possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade humana e fazê-lo prevalecer era função de uma figuração específica que os dois grupos formavam entre si” (p. 23).

No caso estudado nesta dissertação, por tratar-se de contexto de modernização, em que o antigo é associado ao passado colonial, simbolizando obsolescência, invertem-se os valores: os novos meios de vida que teriam a legitimidade dos estabelecidos. Outra diferença relevante é que, enquanto no estudo de Elias estabelecidos e outsiders convivem no mesmo espaço, aqui, as barreiras não eram apenas simbólicas / comportamentais, eram ainda físicas: foi feita uma “cidade dentro da cidade”, o Hospício.

1.2.

O lugar das ideias

“Justamente porque as identidades são historicamente construídas, qualquer esforço em apreendê-las, defini-las e localizá-las deve ser inserido na mesma perspectiva. Não existem definições unívocas, nem princípios que transcendam tempo e lugar incólumes” (GOMES DA CUNHA, 2002, p. 35).

Antes de abordar o surgimento do saber psiquiátrico, bem como o uso que esse saber obteve no Rio de Janeiro do início do século XX, é importante traçar de forma cuidadosa o contexto em que ele foi implementado. Antes de constituir políticas públicas, as práticas aí envolvidas foram embasadas em ideias que possuíam considerável ressonância no período estudado. Veremos aqui quais foram essas ideias, e o lugar que ocuparam na sociedade da época.

“O nacionalismo literário do século XIX apresentava um componente eurocêntrico, apesar das reivindicações de autonomia e originalidade. A incorporação da ideologia civilizatória e de teorias climáticas e raciais levou à relação eurocêntrica com o meio local e à abordagem etnocêntrica das culturas populares. Os críticos brasileiros internalizaram a ambivalência do discurso europeu perante o mundo selvagem e as realidades exóticas, idealizando os padrões metropolitanos de civilização” (VENTURA, 1991, p. 37-38).

Por trás de todas as transições observadas, havia um conjunto de ideias cujo objetivo, como observa Schwarz, era o de incluir o Brasil no sistema europeu de ciência, aproximando-nos “das Luzes, do Progresso e da Humanidade”

(SCHWARZ, 1998, p. 13). O contexto em que essas ideias eram aplicadas, contudo, diferia profundamente daquele no qual elas foram criadas, gerando uma situação por vezes ambígua:

“o confronto entre esses princípios tão antagônicos resultava desigual: no campo dos argumentos prevaleciam com facilidade, ou melhor, adotávamos sofregamente os que a burguesia européia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão; enquanto na prática, geralmente os próprios debatedores, sustentado pelo latifúndio, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e as noções em que implica. O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo com a burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno” (SCHWARZ, 1998, p. 17).

As ideias europeias foram importadas e, aqui, adaptadas ao contexto brasileiro, “e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor. Sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas” (SCHWARZ, 1998, p. 17). Sendo antagônicas às estruturas coloniais, as novas ideias traziam a modernidade ao Brasil, garantindo, contudo, a manutenção dos antigos mecanismos de diferenciação social e privilégios:

“No fim do século XIX, a vida intelectual no Brasil pode ser descrita como provinciana e predominantemente dependente dos centros estrangeiros de difusão. Em outras palavras, as ideias circulavam em mão única. Não existiam universidades, apenas escolas de medicina, direito e engenharia, e a cultura erudita provinha da formação portuguesa ou de fontes francesas, italianas, alemãs e anglo-saxônicas” (MACHADO, 2000, p. 02).

1.3. Contexto político: Primeira República

A sociedade brasileira passava por transições intensas, poucos anos após a instauração da Primeira República. Antes mesmo disso, indícios do desgaste do sistema monárquico já abriam espaço para propostas políticas de intelectuais objetivando a mudança gradual e ordenada da sociedade brasileira, inspirada pela ciência positivista. A abordagem positivista foi adotada, por diferentes motivos, por progressistas e conservadores: os primeiros aderiram à filosofia de Auguste Comte por concordar com a crítica à Igreja Católica; os segundos identificavam-se com o princípio positivista de que o progresso seguia leis naturais de evolução – seguindo o corolário de manutenção da hierarquia e da ordem.

Não por acaso, “Em contraposição aos outros países latino-americanos, onde o positivismo foi associado aos movimentos ‘revolucionários’ de mudança, o positivismo no Brasil reforçou uma aproximação gradual aos processos de modernização” (MACHADO, 2000, p. 03). Após a instauração da República, nada garantia que o sistema republicano iria conseguir se sustentar – os primeiros governos foram marcados por instabilidade política acentuada:

“Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores aos 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República” (FAUSTO, 2009, p. 245).

A transição do Império para a República era o primeiro momento de significativa alteração do regime político após a independência, trazendo consigo promessas de mudanças na realidade social do país:

“A República, na voz de seus propagandistas mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada com a irrupção do povo na política, na melhor tradição da Revolução Francesa de 1789, a ‘revolução adorada’, como a chamava Silva Jardim. O regime monárquico vivendo à sombra do Poder Moderador era condenado pelo manifesto republicano de 1870 como incompatível com a soberania nacional, que só poderia ser baseada na vontade popular” (CARVALHO, 1987, p. 11).

Apesar de a independência ter sido proclamada sem a iniciativa popular, havia generalizada expectativa sobre as possibilidades de participação devido à magnitude da mudança: os excluídos do regime anterior “Agora eram livres, iguais e soberanos, viam-se colocados na vanguarda do progresso da pátria” (CARVALHO, 1987, p. 12). Embora isso não fosse tangível na prática – não houve a incorporação de indivíduos livres, iguais e soberanos –, esse era o discurso oficial, divulgado por propagandistas e pela elite econômica, política e cultural.

2. Intelectualidade carioca.

2.1. Campo intelectual no Rio de Janeiro do final do século XIX ao início do século XX

Além de situar o contexto social em que viveu Lima Barreto, é interessante entender como estava organizado o campo literário da época. No período estudado, o mercado de trabalho para homens de letras no Rio de Janeiro consolidava-se, trazendo oportunidades no jornalismo e na política (Ventura, 1991). Os intelectuais brasileiros, ao longo do século XIX, tomaram para si a missão de estabelecer uma identidade nacional. Para isso, utilizaram o imaginário romântico já existente, construído, em larga escala, pelas impressões colhidas em expedições científicas europeias. A primeira geração romântica caracteriza-se pela abordagem nativista, sendo destacadas a natureza tropical e a figura do índio (Velooso, Madeira; 1999).

“Para o viajante europeu, a natureza americana se torna espaço de auto-reflexão, que permite abstrair a história e a sociedade. Os letrados brasileiros procuraram formular, a partir dessa mesma natureza, o projeto histórico de construção de sociedade e cultura de tipo civilizado. Esse projeto se legitima, no caso de Magalhães, pela referência ao discurso europeu – teoria climática da Ilustração e relatos de viagem – e pelo programa de uma literatura nacional marcado por exigências documentais” (VENTURA, 1991, p. 35).

Ao final do século XIX, a crise do sistema escravocrata trouxe novas inquietações e, com elas, a necessidade de repensar aspectos antes pouco abordados. Nos meios intelectuais a discussão sobre a escravidão não era nova; contudo, ainda não era incorporada às reflexões sobre identidade nacional. A partir de então, a questão racial ganha centralidade.

“A fascinação dos intelectuais brasileiros com aspectos da cultura metropolitana, como a teoria climática ou os relatos de viagem, mostra a identificação com o ponto de vista estrangeiro, em um imaginário ‘diálogo’ com interlocutores europeus. Introduziu-se, na literatura e na crítica brasileira, uma visão exótica ou um olhar de fora, que trouxe uma imagem negativa da sociedade e da cultura local, expressa na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista” (VENTURA, 1991, p. 41).

Tão relevante quanto a questão racial era o meio geográfico: teorias científicas, que eram discutidas em profusão nos debates europeus, apoiavam-se também nos mais diversos determinismos geográficos – o meio ambiente somado à raça determinava o sucesso ou a decadência dos povos, de acordo com essa cartilha. Isso exerce profundo impacto sobre os intelectuais brasileiros, que precisam encontrar meios de “criar” a identidade brasileira e, ao mesmo tempo, torná-la legítima perante os olhos das grandes nações:

“Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia” (SEVCENKO, 1989, p. 78).

Por mais irônico que pareça o trecho acima, à época, a expressão “tábua de salvação” representava com verossimilhança o anseio da *intelligensia* carioca de operar uma transição radical entre o passado colonial e um Rio de Janeiro moderno e “civilizado”. O processo de Regeneração que modificava a paisagem urbana fazia-se sentir também nas letras: “Os escritores superestimavam essa modernização da cidade, atribuindo ao Rio, em contos, romances e crônicas, ambientes e tipos que na realidade aqui não existiam” (BROCA, 2004, p. 38).

Juntamente com a transformação urbana, a atmosfera cultural da cidade se modificava, gerando a “descaracterização do intelectual e do literato tradicionais, que se dissolveram em meio à sociedade” (SEVCENKO, 1983, p. 99). A imagem difusa do intelectual foi ganhando espaço e abrindo aos que reproduziam a narrativa da regeneração possibilidades de ingresso em empregos públicos ou na política e diplomacia.

Antes de situar a postura crítica adotada por Lima Barreto e outros escritores, convém traçar um panorama mais detalhado do campo intelectual, acompanhando sua crescente complexidade ao longo do período estudado. O engajamento político acontecia de formas distintas, sendo possível identificar dois principais movimentos, que disputavam entre si espaço por meio do discurso – entendendo que “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos

queremos apoderar” (FOUCAULT, 2010, p. 10) – o que ficou conhecido como “geração de 1870” e o da literatura militante:

“Num ambiente que oscilava entre a euforia desmedida de alguns setores da sociedade e um painel social mais grave, os intelectuais brasileiros adotavam duas posturas assimétricas. De um lado, aqueles que pregavam o progresso, a abolição, a república e a democracia como a panacéia do país e, para tanto, acreditavam que a saída era atualizar a sociedade brasileira com o modo de vida típico europeu (daí a importação de modelos artísticos e culturais, principalmente franceses). De outro lado, havia aqueles intelectuais que, influenciados pelo cientificismo – também importado da Europa –, adotavam uma postura diferenciada e preconizavam o mergulho na realidade brasileira para melhor conhecê-la, o estudo aprofundado de nossa história, nossos processos, características e problemas. Estes últimos estavam preocupados em construir um saber próprio sobre o Brasil e, quiçá, transformar a realidade” (PASSIANI, 2002, p. 246).

Um conceito relevante para entender o duelo de ideias que acontecia no contexto estudado é o de campo intelectual, desenvolvido por Pierre Bourdieu. De acordo com o autor, esse conceito caracteriza-se pela dinâmica de jogos de poder e disputa contínua de posição e prestígio, sendo diretamente vinculado ao campo político (Bourdieu, 1974). Não por acaso a vertente de intelectuais que se atrelou ao projeto político da Renovação conseguiu se estabelecer na disputa, criando o lugar de fala “oficial” da *Belle Époque*, a Academia Brasileira de Letras (ABL).

“A posição privilegiada do campo intelectual, em relação ao campo de poder, fez dos intelectuais o grupo social mais familiarizado com as novidades e transformações que ocorriam na Europa. O acesso à informação suscitou respostas muito diferentes na mente dos intelectuais, que oscilaram entre posições nacionalistas mais fechadas e posições mais cosmopolitas” (Veloso, Madeira; 1999, p. 88).

2.2. Geração de 1870

“Ao longo de todo o século XIX, o campo intelectual se complexifica. A chamada 'geração de 1870' representou uma mudança de orientação, por ter sido a responsável pela introdução dos debates sobre as novas 'questões sociais' emergentes, como a Abolição e a República. Foi ainda essa geração a responsável pela introdução dos debates sobre as novas 'questões sociais' emergentes, como a Abolição e a República. Foi ainda essa geração a responsável pela disseminação das ideias positivistas e evolucionistas no Brasil, ideias que forneceram a base para os debates intelectuais da época, sobre *raça e meio geográfico*” (VELOSO, MADEIRA; 1999, p. 59).

Inserida ainda no contexto de Império, apesar da heterogeneidade de pontos de vista, a geração de 1870 sustentava de forma unívoca a postura crítica perante aos saquaremas: o conservadorismo do grupo imperial então hegemônico era questionado pelo que havia de mais “inovador”, as ideias em voga no Velho Mundo – foi dessa maneira que as “novas ideias”, nos termos utilizados por Sílvia Romero, ganharam força no contexto intelectual e político do final do Brasil Império (Alonso, 2002).

As polêmicas de Sílvia Romero estão inseridas no contexto do movimento antirromântico da Escola de Recife, quando os conceitos de evolucionismo e cientificismo, entre outros, passaram a ser empregados na definição “imparcial” de “raça” e natureza. Com Tobias Barreto, o autor questionou a teoria do direito natural, defendendo que o direito se adapta à evolução social – em contraposição às ideias em voga durante o período imperial, que garantiam a permanência e imutabilidade do status quo ao vinculá-lo à monarquia e à escravidão:

“O naturalismo e o cientificismo tiveram, no Brasil, papel semelhante à Ilustração na Europa no século XVIII, ao trazer um saber secular e temporal, afastado das concepções religiosas. (...) A literatura e a cultura brasileira se transformaram na segunda metade do século XIX com a recepção de modelos europeus, como a história natural e a etnologia, que forneceram instrumentos para a interpretação da natureza tropical e das raças e culturas brasileiras. (...) A etnologia assumiu configurações específicas, vinculada ao racismo, cientificismo, positivismo, evolucionismo e naturalismo. Esses paradigmas foram introduzidos, a partir de 1870, tendo como referência o debate romântico sobre os fundamentos da literatura e da cultura brasileira, em oposição ao passado colonial” (VENTURA, 1991, p. 12-13).

O engajamento desse grupo dava-se, sobretudo, pelo entendimento de que, diante das assimetrias da realidade carioca, a melhor opção seria aproximar-nos dos padrões de vida europeus – “A palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: ‘a abolição’, ‘a república’, ‘a democracia’” (SEVCENKO, 1989, p. 78-79):

“Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da

concorrência – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista” (SEVCENKO, 1983, p. 79).

Entre os intelectuais que formaram a Geração de 1870 estavam: Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Arthur Orlando, Araripe Junior, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Barão do Rio Branco.

2.3. A Academia Brasileira de Letras (ABL)

A ABL, Academia Brasileira de Letras, legitimava intelectualmente a *belle époque* brasileira. Tal instituição, criada em 1897, pretendia-se guardiã da língua portuguesa e da moral burguesa. A sua organização interna, bem como o processo de ingresso, revelam questões interessantes sobre as “disputas e polêmicas que consolidam ideias e posições hegemônicas, e deixando claro o fosso que as separa dos intelectuais não-oficiais” (VELOSO, MADEIRA; 1999, p. 40).

A criação da ABL, adicionada à remodelação da cidade, foi fundamental para a modificação da dinâmica dos encontros literários (Broca, 2004). Os imortais, representantes da moral burguesa, rechaçavam a boêmia, entendida como incompatível com o esforço de modernização da capital – que, à época, era ainda o Rio de Janeiro:

“O gremialismo literário, antes boêmio e noctívago, tomaria agora as feições solenes que o desenvolvimento da Academia Brasileira de Letras e a compostura exemplar de seu fundador e presidente perpétuo iriam sugerir e patrocinar. E se alguma boêmia ainda caberia então, seria aquela boêmia dourada dos *dandys*, a única compatível com a refinada convivência social do mundanismo da época” (MACHADO NETO, 1973, p. 33).

A ABL era um dos espaços de discussão, com critérios bastante seletivos de ingresso – que não se davam apenas pela produção literária, mas por laços de amizade com os seus integrantes. Um exemplo é Aranha, que teve o apoio de Machado de Assis e xx, tendo ingressado na instituição antes de finalizar sua primeira obra. De qualquer forma, a instituição de um “‘lugar de fala’ oficial da intelectualidade” (VELOSO, MADEIRA; 1999, p. 60) não foi estabelecido sem contestações.

2.4. Breve Biografia

“Uma investigação efetivamente inspirada pela preocupação de romper com a ideologia carismática da ‘criação’ e da ‘leitura criadora’ deveria tomar precauções para não se deixar impingir, no momento da definição de seu objeto, os limites em que se move a biografia, o que implica na decisão de tomar como unidade uma obra individual ou a obra de um autor particular ou mesmo um aspecto particular de uma ou de outra. Antes, é preciso situar o corpus assim constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste corpus neste campo e a posição no campo intelectual do grupo de interesses que o produziu. Em outros termos, é necessário determinar previamente as funções de que se reveste este corpus no sistema das relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual que, por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo do poder” (BOURDIEU, 1992, p. 185-186).

Após contextualizar as transições ocorridas no Rio de Janeiro e o ambiente literário, será feita uma breve biografia de Lima Barreto, mostrando como o escritor vivenciou essas transformações, inseriu-se no meio literário e registrou suas impressões sobre o Rio de Janeiro da época. A biografia é aqui entendida não como fator determinante da escrita de Lima Barreto, mas como instrumento que ajuda a entender o feixe de relações sociais que compõem a vida do autor e que, por vezes, aparecem ou influenciam sua obra. Como já afirmou Bourdieu, “Não é a condição de classe que determina o indivíduo, mas o sujeito que se autodetermina a partir da tomada de consciência, parcial ou total, da verdade objetiva de sua condição de classe” (BOURDIEU, 1992, p. 189). Assim, consciente não apenas de sua “condição de classe”, mas também dos desafios impostos pelas teorias eugênicas que vigoravam à época, Barreto desenvolveu um novo lugar para si mesmo. Como afirma Hidalgo,

“Lima Barreto percorreu contornos extremos na breve vida (1881-1922) e prolífera escrita produzida sob o signo da sinceridade. Forçou os limites do que se podia dizer e escrever na sociedade brasileira da época. Mulato e de origem humilde numa sociedade recém-saída da escravidão, inventou para si um lugar exclusivo” (HIDALGO, 2008, p. 21).

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881, quando ainda vigorava o regime escravocrata característico do Brasil Colônia e Império. Seu pai, João Henriques, filho de uma ex-escrava e de um português, exercia a profissão de tipógrafo. Sua mãe, Amália Augusta, filha de uma escrava liberta, foi batizada com o nome da família para qual sua mãe trabalhou e recebeu

toda a educação possível para as mulheres da época, formando-se professora. O nome “Afonso” foi homenagem concedida ao padrinho de Lima Barreto, o senador Afonso Celso de Assis Figueiredo (RESENDE, 2005).

Aos seis anos (1887), Lima Barreto perdeu a mãe – até então, estudava no colégio aberto por ela, na rua Ipiranga. A partir daí, passou a estudar na escola pública da rua do Resende e, posteriormente, devido a seu excelente desempenho nos exames da Instrução Pública, no Liceu Popular de Niterói. Neste colégio, teve acesso a aulas de inglês prático, francês, latim e piano – de acordo com Beatriz Resende, foi a partir daí que o autor desenvolveu o gosto pela leitura (RESENDE, 2005).

Lima passa a morar com o pai viúvo – que, no mesmo ano do falecimento da esposa, publica uma tradução do “Manual do Aprendiz Compositor”, de Jules Claye, e ingressa no movimento da resistência liberal. O envolvimento do pai nesta vertente política causa sua demissão da Imprensa Nacional dois anos depois, com o golpe que implanta a República no Brasil (PRADO, 1988).

No mesmo período em que Lima Barreto cursava o Liceu Popular de Niterói, João Henriques foi nomeado escrivão das Colônias de Alienados da Ilha do Governador, sendo transferido (o pai) para lá. Dessa forma, o filho só via a família aos sábados. A ausência da família teve fortes impactos sobre o jovem escritor – de acordo com Antônio Prado, “Deprimido e solitário, com a vida dividida entre o internato e o asilo de loucos, Lima Barreto, com menos de quinze anos, chega a pensar em suicídio” (PRADO, 1988, p. 15).

Pouco depois, em 1895, Barreto é transferido para o Ginásio Nacional, concluindo os estudos preparatórios para o ensino superior no ano seguinte, no Colégio Paula Freitas. Já em 1897, faz ingresso na Escola Politécnica, período em que passa a viver numa pensão da rua do Ouvidor – onde redige a maior parte do “Diário Íntimo”.

Esforçado e com gosto pelos estudos, Lima Barreto tinha o potencial para ser um excelente aluno, mas vivenciou de forma ácida o preconceito racial que imperava na escola – instituição freqüentada majoritariamente por alunos

brancos, menos de dez anos após a abolição da escravidão, período em que as teorias eugênicas ainda eram muito fortes. Posteriormente, em nota de 12/01/1905 do “Diário Íntimo”, o escritor registra suas aspirações de se inserir no meio jornalístico e literário, e os traços do preconceito vivenciado cotidianamente por ser mulato, temendo as dificuldades que teria que enfrentar para conseguir se inserir nesse meio profissional:

“Temo muito pôr em papel impresso a minha literatura. Essas ideias que me perseguem de pintar e fazer a vida escrava com os processos modernos do romance, e o grande amor que me inspira – pudera! - a gente negra, virá, eu prevejo, trazer-me amargos dissabores, descomposturas, que não sei se poderei me pôr acima delas. Enfim – *une grande vie est une pensée de la jeunesse réalisée par l’âge mûr*, mas até lá, meu Deus!, que de amarguras!, que de decepções!” (BARRETO, 2001, pp. 13-14).

Já durante o período de estudos na Escola Politécnica, Lima Barreto sentia os efeitos do preconceito explícito cometido por colegas de classe e professores. Por vezes isolado, à tarde o escritor estudava e consultava livros na sala de leitura da Biblioteca Nacional ou visitava a capelinha do Apostolado Positivista. Já no primeiro registro feito no Diário Íntimo, o escritor mostra seu objetivo de desenvolver maiores estudos sobre a questão racial no Brasil:

“Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade” (Primeira anotação do “Diário Íntimo” - BARRETO, 2001, p. 09).

Após fazer breve anotação comentando o dia em que nasceu – “Nasci em segunda-feira, 13-5-81”, o autor esboça uma rápida lista de itens a serem feitos: “O meu decálogo: 1 – Não ser mais aluno da Escola Politécnica. 2 – Não beber excesso de coisa alguma. 3 – E...” (BARRETO, 2001, p. 09). O decálogo fica incompleto, mas registra as duas preocupações do escritor de sair da Escola Politécnica e tentar controlar melhor o consumo de álcool.

Em 1902, ainda durante a faculdade, o escritor começa a colaborar no periódico “A Lanterna”, um jornal produzido pelos jovens de escolas superiores, utilizando os pseudônimos “Alfa Z” e “Momento de Inércia”. Essa participação foi o início de seu ofício jornalístico, sendo as crônicas e críticas enviadas aos jornais um dos marcos da obra de Lima Barreto. Junto com o ingresso na

atividade jornalística, duas tragédias de diferentes dimensões marcaram profundamente o escritor. Apesar do reconhecimento obtido já em “A Lanterna”, Lima Barreto não conseguiu concluir seus estudos na Escola Politécnica:

“Era difícil, impossível mesmo continuar aquela vida estudantil. Lima Barreto era perseguido pelo professor Licínio Cardoso, sofria constantes reprovações injustas e experimentava frontalmente a discriminação racial. Seu sentimento de revolta, suas atitudes pessimistas e seu complexo de inferioridade aumentavam” (PRADO, 1988, p. 15).

Além disso, o estudo foi inviabilizado pelo enlouquecimento do pai – de forma que Lima Barreto precisou abandonar a faculdade para sustentar os irmãos e cuidar do pai e das dívidas que este assumira, como está descrito em trecho do “Diário Íntimo”: *“Hoje vou pagar ao J... P... o último dinheiro que meu pai lhe deve. Procedeu conosco como um carrasco. Aborreceu-me e acirrou-me como um agiota.”*

Graças a Deus vou pagar-lhe e que Deus me dê felicidade suficiente para pagar tudo que meu pai deve. E se eu isso fizer e se conseguir cercar-lhe o resto da vida da abundância de que ele tem direito, eu só peço três coisas: Um amor / Um belo livro / E uma viagem pela Europa e pela Ásia” (BARRETO, 2001, p. 49).

Assim, em outubro de 1903, o escritor ingressa como amanuense na Secretaria da Guerra. Esse emprego foi importante para permitir a sobrevivência do escritor, mas o consumia intensamente, conforme registrado em trechos do Diário: “O meu feitio é tão oposto àquela atmosfera de violência, de opressão, de bajulação, que me enche de revolta (BARRETO, 2011, p. 21). Neste período, Barreto começa a ter problemas mais sérios com o álcool – mas, ao mesmo tempo, passa a frequentar mais os cafés, as livrarias e as redações de jornais do Rio de Janeiro. Desse contato, nasce a colaboração na “Quinzena Alegre” e em “O Diabo”. O ingresso no jornalismo profissional acontece em 1905, com reportagens no “Correio da Manhã”. No mesmo ano, passa a participar do comitê do Partido Operário Independente (Prado, 1988).

Já em 1907, funda a Revista Floreal, com o objetivo de “combater os mandarinos literários e o formulário de regras de toda sorte” que ofuscavam o surgimento de novos talentos (BARRETO, 1956, p. 81). Em 1909, publica seu primeiro romance, “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”; em 1911, começa a publicar em folhetins seu segundo romance, “Triste Fim de Policarpo

Quaresma”, obra na qual “o jornalista já se confundia com o escritor, que vergastava os costumes numa linguagem despojada e inconformista” (PRADO, 1988, p. 17).

A partir daí, o escritor ingressa em um período de intensa produção, obtendo êxito e reconhecimento tanto em círculos literários quanto com o público de revistas tradicionais e de jornais de maior circulação. Mesmo assim, problemas financeiros – ser reconhecido não implicava em melhoria das condições de vida, neste período, apesar de do crescente êxito, Lima Barreto ainda sobrevivia com o salário obtido na Secretaria de Guerra – e desgostos familiares acirram seu problema com o álcool, sendo internado pela primeira vez no Hospital Nacional de Alienados em agosto de 1914. Quatro meses antes da internação, ele faz os seguintes registros em seu diário:

“Hoje, pus-me a ler velhos números do *Mercure de France*. Lembro-me bem que os lia antes de escrever o meu primeiro livro. Publiquei-o em 1909. Até hoje nada adiantei. Não tenho editor, não tenho jornais, não tenho nada. O maior desalento me invade. Tenho sinistros pensamentos. Ponho-me a beber; paro. Voltam eles e também um tédio da minha vida doméstica, do meu viver quotidiano, e bebo. Uma bebedeira puxa a outra e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso! (...)”

A minha casa me aborrece. O meu pai delira constantemente e o seu delírio tem a ironia dos loucos de Shakespeare. Meus irmãos, egoístas como eles, queriam que eu lhes desse tudo o que ganho e me curvasse à Secretaria da Guerra” (BARRETO, 2011, p. 20-21).

Lima Barreto sai do Hospício dois meses depois, ainda sofrendo muito com o alcoolismo, e perambulando pelas ruas para evitar o convívio com os desvarios do pai, que muito o afetavam. Em 1916, interrompeu seu trabalho de criação literária para fazer um tratamento de saúde: havia contraído anemia profunda, precisando de tempo para se restabelecer. Mesmo assim, participou da luta radical do jornalismo militante de esquerda, redigindo o “Manifesto Maximalista” e defendendo a plataforma literária do pensamento anarquista – que, em 1917, foi responsável pela mais memorável greve da história operária brasileira, feita na cidade de São Paulo.

Mesmo adoecido, sofrendo dos efeitos colaterais do consumo prolongado de álcool, Lima Barreto continua sua atividade literária, escrevendo outros romances, dezenas de crônicas, sendo cada vez mais reconhecido pelo público, mas sem conseguir ainda se sustentar com o ofício de escritor. Em 1918, Barreto é aposentado de seu cargo na Secretaria da Guerra, por ter sido considerado “inválido para o serviço público”, com o diagnóstico de epilepsia tóxica, sendo novamente internado para tratamento de saúde.

No final de 1919, é mais uma vez internado no HNA, onde permanece até fevereiro de 1920. Ao sair, tenta ingressar na Academia Brasileira de Letras, candidatando-se a princípio para a vaga de Emílio de Meneses e, posteriormente, para a de João do Rio. Contudo, não consegue ser eleito. Mesmo assim, a recusa do ingresso na ABL não ofuscou o caminho trilhado ao longo dos anos pelo autor, como nos lembra Beatriz Resende:

“Contrariamente ao que o mito do escritor maldito construído em torno de sua imagem pode fazer crer, Lima Barreto desfrutava, naquele momento, de bastante prestígio, a ponto de não dar conta de comentar os livros que lhe eram enviados, alguns acompanhados, como fez o popular Théo Filho por mais de uma vez, de cartões admirativos. Reconheçamos, também, que dispor da imprensa para dirigir ao Presidente da República crônicas sob forma de carta aberta em defesa de presos políticos, campanhas anticorrupção ou críticas contundentes à polícia, não é das situações mais comuns neste nosso país, mesmo nos momentos em que o regime democrático está em vigência” (RESENDE, 2005, p. 09).

Depois disso, ainda publicou romance “Cemitério dos Vivos”, escrito a partir da vivência de sua segunda internação no HNA, e “Clara dos Anjos” – ambos entendidos por alguns como sendo as derradeiras manifestações de sua rebeldia intelectual, o que é desmentido por Beatriz Resende, que nos conta um curioso fato ocorrido na última internação de Lima Barreto: “De uma cama de hospital, envia aos jornais 'carta-aberta' ao presidente da República onde afirma que 'ser anarquista, ter opiniões anarquistas, não é crime nenhum'. E é publicado” (RESENDE, 2005, p. 13). Como relata Antônio Prado, “A doença, a miséria, os delírios do pai louco se encarregaram de esgotar as forças de Lima Barreto, que morre no Rio de Janeiro, de colapso cardíaco. Estávamos a 1º de novembro de 1922. Dois dias depois falece seu pai, João Henriques” (PRADO, 1988, p. 18).

2.5.

Lima Barreto: estigma ou prestígio?

Goffman define estigma como a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” por meio de um atributo depreciativo. Não pelo atributo em si, não por qualidades inerentes a ele, mas pelas relações estabelecidas em determinada sociedade com esse atributo. O autor ressalta que “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1975, p. 13).

A marca que distingue o indivíduo possui considerável maleabilidade, podendo ser associada tanto a um sinal de distinção quanto de exclusão, dependendo do feixe de relações estabelecidas na sociedade estudada e do ponto de vista analítico elegido.

“Outras vezes, era o boicote sistemático ao nome de um escritor, considerado por uma folha como persona non grata. Tal se passava no Correio da Manhã em relação a Lima Barreto. Seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, assim retrata o caso: ‘é proibido escrever sequer o nome de Lima Barreto. Podia ser um gênio! Podia publicar o maior romance, o mais belo livro da literatura universal! Seria sempre ignorado’. E o próprio escritor, integrado no sistema, conhecia e justificava o boicote: ‘No Correio, sou excomungado; e é justo’, escrevera ele em seu Diário Íntimo” (MACHADO NETO, 1973, p. 117).

Para a intelligentsia carioca, Lima Barreto ocuparia um lugar de estigma. A escrita do autor era demasiado clara, o conteúdo retratava com aspereza os impactos da Regeneração sobre o estilo de vida – onde a intelligentsia buscava textos floridos e slogans do “Rio: civilize-se”, compatível com o esforço por eles legitimado de transfiguração da realidade social, econômica e política, encontrava relatos ácidos e lúcidos sobre as transições vivenciadas. Felizmente a ABL não era o único lugar de fala da intelectualidade no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX. A marca que simbolizava estigma para alguns setores da sociedade era também, sinônimo de prestígio para outros, como será visto a seguir.

2.6.

Lugares de fala da intelectualidade carioca

A intelectualidade carioca se expressava em diversas maneiras. As mais habituais eram os célebres encontros informais de escritores. Um exemplo é o chamado “Esplendor dos Amanuenses”, composto por Lima Barreto, Bastos Tigre, Domingos Ribeiro Filho, Rafael Pinheiro, Amorim Júnior, Calixto, João Rangel e Carlos Lenoir. As reuniões aconteciam no Café Papagaio, entre 1907 e 1910 (MACHADO NETO, 1973). Além dessas reuniões informais, houve crescente tendência em institucionalizar os encontros entre intelectuais:

“Por outro lado, é impossível negar certa influência da Academia Brasileira no crescente aburguesamento do escritor, entre nós, na primeira década do século XX. Sob o signo de Machado de Assis, a prova de compostura se tornou imprescindível para a admissão do novo grêmio, que desde o início se revestira de uma dignidade oficial incompatível com os desmandos da boêmia” (BROCA, 2004, p. 40).

Entre as iniciativas de institucionalização desses lugares de fala da intelectualidade, é importante mencionar a Academia Livre de Letras, criada por Paula Nei. O principal objetivo da Academia era hostilizar o grupo de Machado de Assis. A iniciativa reuniu vários escritores, contudo, não persistiu por muito tempo. Pouco depois, autores como Lima Barreto, B. Lopes e Emílio de Meneses tentaram ingressar na ABL (Broca, 2004).

Além dessa, houve a criação da Academia dos Novos, organizada pelo jornal *A Imprensa*, em 1911. Composta por dez membros efetivos e vinte correspondentes, os membros foram eleitos por um plebiscito entre os intelectuais convocados pelo jornal. Essa iniciativa foi amplamente discutida nas rodas literárias – Lima Barreto foi convidado a participar, mas só obteve cinco votos. Houve a denúncia de fraude nas eleições, delatada por um dos imortais eleito, e essa controvérsia terminou por minar a própria instituição: a Academia dos Novos não chegou sequer a constituir-se (Broca, 2004).

Lima Barreto participou também de outra iniciativa, a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras, instituição que existiu entre 1914 e 1917, criada para defender os interesses profissionais, econômicos, morais e sociais dos homens de letras do Brasil:

“Instalada na rua Gonçalves Dias, a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras durou até 1917. Mas de suas atribuições muito pouco realizou: limitou-se a promover palestras, conferências e saraus artísticos, que constituíam principalmente sucesso mundano. Quanto à proteção aos intelectuais, não consta que tenha feito algo de positivo” (BROCA, 2004, p. 95).

Apesar das tentativas frustradas, é importante perceber que houve reações ao estabelecimento da ABL. Os intelectuais que não conseguiram ou não tentaram ingressar nessa instituição buscaram outros caminhos para viabilizar seus projetos. Como observam Veloso e Madeira, “A vida intelectual do Rio de Janeiro de 1900, apesar de ter se complexificado muito, não gozava de autonomia institucional, e continuava reduzida e limitada, oferecendo poucas opções para os que se encaminhavam para a literatura ou para o pensamento social e político” (VELOSO, MADEIRA; 1999 p. 78).

“A principal crítica feita pelos mais radicais ao grupo que detinha a hegemonia intelectual, à época, diz respeito à adesão deslumbrada às ideologias emergentes, já que aos intelectuais foi atribuída a função de legitimar o novo status da elite republicana. Critica-se também a sedução exercida pelo clima festivo e pomposo do Rio de Janeiro da belle époque sobre os intelectuais que, sedentos de modelos de prestígio e novidades, não opunham nenhuma resistência e repassavam as modas literárias e filosóficas, e as práticas de sociabilidade, à sociedade como um todo” (Veloso, Madeira; 1999 p. 88).

2.7.

Literatura Militante: a perspectiva social nas letras

“A literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros”.
Lima Barreto, Impressões de leitura.

“Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida, do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há mistérios e eu creio neles. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos materialistas, e mesmo dos que não são, sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele me vem de longas meditações e de alanceantes dúvidas” (BARRETO, 2010, p. 64).

Lima Barreto viveu em um período de intensa instabilidade política, econômica e social. Acompanhou o árduo processo de consolidação da República, a transição da ordem escravocrata para a “liberal” burguesa e, no campo literário, o estilo entendido como pré-modernismo. De acordo com Manoel Freire,

“Apesar da profusão de tendências, o traço mais característico do momento era dado pelo estilo solene e altissonante da poética parnasiana, atributo de uma literatura cujos valores sagrados residiam em aspectos estilísticos e no acabamento formal do texto, pouco importando a inserção da obra no contexto histórico, como se a literatura bastasse por si mesma e não fizesse parte da história” (FREIRE, p. 02).

Neste contexto, a abordagem de Lima Barreto é nitidamente dissonante, sendo o compromisso com a realidade histórica um dos principais traços de seus escritos, e a literatura um precioso meio de denúncia dos males sociais – reflexões que estão no texto *O destino da literatura*, redigido para uma conferência que o autor não compareceu, de acordo com Francisco de Assis Barbosa, um de seus biógrafos (Barbosa, 1987, p. 265).

“Nestas páginas, é sobretudo sua condição de escritor, as dificuldades que enfrenta na racista sociedade do início do século passado, que aparece. Mas é aí também que, com frequência, evidencia-se a profunda erudição deste leitor sofisticado, intenso e plural, conhecedor dos principais idiomas e assinante de várias revistas europeias” (RESENDE, 2005, p. 12).

No Brasil, “A crítica literária e a história social se orientaram, até 1930, pelas noções de raça e natureza, o que explica a grande recepção do positivismo, do evolucionismo e do racismo” (VENTURA, 1991, p. 41). Neste contexto, os escritos de Lima Barreto destoavam, tanto na forma, quanto no conteúdo. Na forma, pelo uso de linguagem clara, acessível a uma gama maior de leitores. No conteúdo, pela função social de sua escrita, que descortinava uma série de assuntos tabu que, ou não eram mencionados, ou eram abordados de maneira floreada pelos demais escritores. Entre eles, merecem destaque os impactos da Regeneração sobre os indivíduos e sobre o estilo de vida do carioca e o uso de teorias eugênicas para justificar condutas discriminatórias:

“Sua atenção escapa do cenário de mármore e cristal montado no centro da cidade e reservado para a convivência e sociabilidade dos beneficiados com as recentes transformações históricas, para deter-se – demoradamente – na realidade enfermiga que se oculta por detrás daquela fachada imponente. É novamente o efeito chocante e a instigação ao leitor que o escritor enceta” (SEVCENKO, 1989, p. 163).

Outra característica da literatura militante, também presente nos escritos de Euclides da Cunha, é, além de retratar a situação social como ela se apresentava, propor saídas – construir a originalidade nacional genuína, sendo pautada por elementos internos, e não ditada por padrões europeus de conduta:

“A busca de inserção da sociedade brasileira numa ordem humanitária sem fronteiras trazia porém um outro problema de importância crucial para os autores: a questão nacional. Ambos abominavam o cosmopolitismo, tal como era interpretado pela elite social do Rio – a ‘burguesia panurgiana’ segundo Lima Barreto –, como a pura e incondicional assimilação de todos os usos, costumes e ideias vigentes na Europa. Para eles, somente a descoberta e o desenvolvimento de uma originalidade nacional daria condições ao país de compartilhar em igualdade de condições de um regime de equiparação universal das sociedades, envolvendo influências e assimilações recíprocas” (SEVCENKO, 1989, p. 122).

3. O diário do hospício

3.1. Por que estudar os diários?

Lima Barreto escreveu vasta obra, composta de romances, contos e crônicas. Nesta dissertação, serão analisados apenas os diários, registros valiosos do que o autor vivenciou e sentiu. Susan Sontag ressalta que o traço distintivo dos escritores é a capacidade de transformar sofrimento em arte. A autora apresenta alguns dos motivos que a levaram a estudar os diários de Pavese:

“Por que lemos o diário de um escritor? Por que elucida sua obra? Frequentemente isto não ocorre. Mais provavelmente apenas por causa da crueza da forma do diário, mesmo quando é redigido tendo em mente sua futura publicação. Aqui, lemos o escritor na primeira pessoa; descobrimos o ego atrás das máscaras do ego das obras de um autor. Nenhum grau de intimidade num romance nos proporciona isto, mesmo quando o autor escreve na primeira pessoa ou emprega uma terceira pessoa que claramente indica ele mesmo” (SONTAG, 1987, p. 55-56).

Além dos aspectos ressaltados por Sontag, há ainda um ponto bastante relevante: os diários de Lima Barreto não foram escritos para ser parte de uma obra. Os registros são compostos, sobretudo, de fragmentos, sem a pretensão de constituir uma continuidade. A partir da experiência pessoal, Lima Barreto elaborou uma complexa visão da condição humana – a vivência refinou sua sensibilidade para aspectos que, embora não fossem valorizados pelos estudos acadêmicos da época, foram igualmente relevantes no período.

Uma das diversas abordagens que o Diário nos permite é a de encontrar, nos fragmentos, vestígios da sociedade da época e da experiência vivenciada por Lima Barreto dentro do hospício. Partindo de registros não oficiais, como esses escritos, é possível mudar a perspectiva de estudo, estimulando o desenvolvimento de uma nova sensibilidade, uma nova maneira de captar os eventos sociais por eles mesmos – a serem somados à abordagem tradicional. Um conceito central para entender como isso pode ser feito na prática é o de explicitação. De acordo com Latour,

“Explicitation is a consequence of the concept of envelopes. The envelope is a term that will surely draw the attention of architects and designers: we are enveloped, entangled, surrounded; we are never outside without having recreated another more artificial, more fragile, more engineered envelope. We move from envelopes to envelopes, from folds to folds, never from one private sphere to the Great Outside” (Latour, 2008, p.7).

Para saber como foi instaurado o saber psiquiátrico no Brasil, uma das abordagens poderia ser recorrer aos arquivos do HNA – seriam encontrados ali os “envelopes” aos quais Latour fez referência: a informação se encontra de forma velada, adequada à linguagem dos relatórios, filtrada pelo que a instituição quer registrar enquanto memória. Recorrer aos registros de um interno – no caso, de um interno que gozava de lucidez ao longo de quase todo o período em que ficou recluso – nos permite explicitar as maneiras pelas quais o saber psiquiátrico foi, de fato, aplicado.

As anotações redigidas ao longo da internação no Hospício trazem informações riquíssimas sobre a sociedade da época, sobre como se lidava com a diferença, com as disparidades sociais, tudo. Entrar no hospício é escolher um ângulo privilegiado de estudo de como aquela sociedade lidava com as pessoas que eram indesejáveis, estudo fundamental para entender o contexto maior. Mais do que complementar ao entendimento da Belle Époque, para entender a sociedade da época, a instituição mais relevante é, de fato, o hospício.

3.2.

O contexto da internação

“Voltei para o pátio. Que coisa, meu Deus! Estava ali que nem um peru, no meio de muitos outros, pastoreado por um bom português, que tinha um ar rude, mas doce e compassivo, de camponês transmontano. Ele já me conhecia da outra vez, fui para a casa forte e ele me fez baldear a varanda, lavar o banheiro, onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na *Casa dos mortos*. Quando baldeei, chorei; mas lembrei de Cervantes, do próprio Dostoiévski, que pior deviam ter sofrido em Argel e na Sibéria. Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela” (BARRETO, 2010, p. 45-46).

O “Diário do Hospício” foi escrito ao longo da segunda internação de Lima Barreto, entre 1919 e 1920, no Hospital Nacional de Alienados (HNA) – nome dado a partir da Proclamação da República, sendo anteriormente conhecido como Hospício D. Pedro II, o “Palácio dos Loucos”. O registro feito aponta “alcoolismo” como causa de internação. À época, não era um diagnóstico incomum: percorrendo os índices do IPUB, diversas são as ocorrências de indivíduos com a mesma causa de entrada – uso o termo “ocorrências” porque o assunto era, além de médico, policial: por vezes os indivíduos desviantes eram encaminhados de instituições policiais para o Hospício. Lima Barreto, em sua segunda internação, foi conduzido ao HNA por policiais que o encontraram em “estado delirante”, vagando pelos subúrbios da cidade (Lucas da Costa, 2008, p. 189).

Mais do que exceções ou casos particulares, esses registros trazem informações preciosas sobre o tratamento concedido aos desviantes no início da Primeira República – momento em que era instaurada, no Rio de Janeiro, a chamada “Belle Époque”, um processo de modernização agressivo que buscava (re)criar a capital do país de acordo com os padrões “civilizados” de vida. Além disso, trazem relevantes questionamentos dos pressupostos eugenistas que guiavam as práticas médicas de reclusão e tratamento.

Impressões sobre a loucura.

“Que dizer da loucura? Mergulhado no meio de quase duas dezenas de loucos, não se tem absolutamente uma impressão geral dela. (...) Há uma nomenclatura, uma terminologia, segundo este, segundo aquele; há descrições pacientes de tais casos, revelando pacientes observações, mas uma explicação da loucura não há. Procuram os antecedentes do indivíduo, mas nós temos milhões deles, e, se nos fosse possível conhecê-los todos, ou melhor, ter memória dos seus vícios e hábitos, é bem certo que, nessa população que cada um de nós resume, havia de haver loucos, viciosos, degenerados de toda sorte” (BARRETO, 2010, p. 67-68).

3.3. Ideias eugênicas e sua aplicação

“Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. / Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais. / Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães. / Eu não sei se alguém já observou que o alemão vai tomando, nesta nossa lúcida idade, o prestígio do latim na Idade Média. / O que se diz em alemão é verdade transcendente. Por exemplo, se eu dissesse em alemão – o quadrado tem quatro lados – seria uma coisa de um alcance extraordinário, embora no nosso rasteiro português seja uma banalidade e uma quase-verdade” (BARRETO, 2001, p. 61-62).

No trecho citado acima, Lima Barreto expressa a sua inconformidade com a assimilação das teorias eugênicas, defendidas pelas chamadas “teorias científicas” da época. Mais do que visões de mundo, a ciência era consagrada como verdade absoluta:

“A crença no mito novecentista da ciência – intensificado na Belle Époque – consagrava-a como o único meio prático e seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e informações objetivas, as quais, instrumentalizadas pelo cientista, permitiriam o seu perfeito domínio” (SEVCENKO, 1983, p. 85).

A intolerância com meios de vida associados ao Brasil colônia tem origem na chamada ideia de contágio, de impureza. Para entender isso, é importante pensarmos em como são estabelecidas as categorias de puro e impuro. Um eixo de análise viável sobre os conteúdos presentes em classificações é aquele proposto por Mary Douglas, que propõe um estudo interessante sobre os significados contidos na pretensão de silenciar a diferença, interpretando-a como algo negativo.

De acordo com a autora, tal classificação (espaço do “eu”, incluído, homogêneo, e do “outro”, excluído, diferente) é feita de acordo com critérios de pureza que são resultado de uma disposição sistemática de idéias, sendo ressaltado o aspecto relacional desses conceitos: “Se a impureza é um assunto inoportuno, devemos investigá-lo através da ordem. Impureza ou sujeira é aquilo que não pode ser incluído, se se quiser manter um padrão” (Douglas, 1976, pp. 55, 56).

Douglas associa os conceitos de pureza à classificação que é respeitada (o sistema de classificações de determinada sociedade que não é posto em xeque,

mas obedecido), e o de perigo à ameaça sentida quando um elemento dissonante aparece – questionando a “ordem” trazida pela classificação.

A autora vai além dos significados contidos nessas categorias, percebendo que as segregações entre “puro” e “impuro” não possuem um conteúdo absoluto, mas são assim divididos por aspectos comparativos. O que é definido como “impuro” não é qualificado como tal devido a um valor intrínseco, mas única e exclusivamente devido à comparação estabelecida com o sistema de significados que lê o “puro” como padrão (Douglas, 1976).

3.4.

Os precursores do Hospício: a “sombria cidade de lunáticos” (BARRETO, 2010, p. 70)

“Chamou-me o bragantino e levou-me pelos corredores e pátios até o Hospício propriamente. Aí é que percebi que ficava e onde, na seção, na de indigentes, aquela em que a imagem do que a Desgraça pode sobre a vida dos homens é mais formidável. / O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é de uma pobreza sem par. Sem fazer monopólio, os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São de imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são os negros, roceiros, que teimam em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira esmolambada e uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços de cavalaria, trabalhadores braçais. No meio disto, muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela geena social” (BARRETO, 2010, p. 48).

Para entender a tônica de um período, tão relevante quanto os registros que dele se têm é a sua devida contextualização. Os laudos do HNA mostram como as pessoas eram diagnosticadas ao ingressar no Hospício mas, ao contrário do que o estudo isolado desses vestígios pode sugerir, esses critérios não são atemporais. Em outras palavras, nem sempre a loucura foi uma categoria médica / policial.

Até o século XVIII, o indivíduo classificado como “louco” não era internado – os devaneios por ele apresentados eram entendidos enquanto forma de erro ou de ilusão. Um dos pontos defendidos por Michel Foucault, em “A Microfísica do Poder”, é que os dispositivos de seleção entre “normais” e “anormais” surgiram no início das sociedades industriais (Foucault). O autor cita o Relatório de Comissão de Salubridade de 1830 como sendo o marco do tratamento do louco como doente mental – mas o internamento enquanto prática aconteceu pouco depois:

“A prática do internamento no começo do século XIX, coincidiu com o momento em que a loucura é percebida menos com relação ao erro do que com relação à conduta regular e normal. Momento em que aparece não mais como julgamento perturbado mas como desordem na maneira de agir, de querer, de sentir paixões, de tomar decisões e de ser livre. Enfim, em vez de se inscrever no eixo verdade-erro-consciência, se inscreve no eixo paixão-vontade-liberdade” (FOUCAULT, p. 69).

Antes da criação do HNA, os loucos tinham destinos bastante díspares: se fossem pobres, vagueavam pelas ruas, eram isolados em casa ou enclausurados em cárceres no Hospital da Santa Casa de Misericórdia; sendo ricos, recebiam tratamento em suas casas ou eram enviados à Europa (Machado, 1978). O encaminhamento ao Hospital não implicava em cuidados ou tratamento contra a loucura:

“Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. Por estas razões, o hospital deve estar presente tanto para recolhê-lo, quanto para proteger os outros do perigo que ele encarna. O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. E alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. Esta é a função essencial do hospital. Dizia-se correntemente, nesta época, que o hospital era um morredouro, um lugar onde morrer” (FOUCAULT, p. 59).

Assim o era no caso das Santas Casas de Misericórdia no Brasil: o louco lhes era encaminhado pela polícia médica, que tinha a função de “se dirigir prioritariamente àqueles que circulam livremente pelas ruas, podem enfurecer-se e repentinamente cometer atos homicidas” (MACHADO, 1978, p. 377). Assim, o indivíduo classificado como louco não era recebido no hospital enquanto paciente, mas como um tipo de refúgio humano potencialmente perigoso, atentado à “moral pública” (Machado, 1978).

Não havia tratamento público para os alienados, a situação dos que ainda não haviam sido recolhidos das ruas e dos que eram enclausurados no hospital era de precariedade, abandono e brutalidade. Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, essa situação agravou-se ainda mais: o célere e desordenado crescimento da população do Rio de Janeiro aumentou o número de alienados retidos em prisões (quando eram mais agressivos) e recolhidos nas enfermarias (Ramos;

Geremias). O espaço destinado aos loucos materializa o descaso com que os mesmos eram recebidos na Santa Casa:

“A repartição dos homens, por exemplo, fica no andar térreo, embaixo de uma enfermaria-escola que, por ter o assoalho de tábuas sem forro, expõe os alienados continuamente ao barulho; as janelas dos quartos dão para o quintal onde se encontram bois, bestas e carros não permitindo o isolamento com relação ao exterior, expondo os loucos não só ao ruído como também aos ludíbrios e insultos dos transeuntes; como as paredes que separam os quartos têm um intervalo perto do teto, ocupado por uma balaustrada de ferro, toda a população enclausurada, ‘principalmente os dementes, os velhos, os menos furiosos e os escravos’, ficam encerrados em uma sala que também dá para o quintal” (MACHADO, 1978, p. 378).

As enfermarias da Santa Casa eram criticadas não só pela total ausência de infraestrutura, mas pelos métodos arcaicos empregados, “visto que a maioria dos pacientes recebia o ‘tratamento’ cruel do tronco e dos espancamentos regulares” (Ramos; Geremias, p. 04). A proposta de criação de uma instituição exclusiva para os alienados, com o intuito de efetivamente tratá-los, surgiu de movimento iniciado com manifestação da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1830 (Ramos; Geremias):

“A argumentação é clara: tal como está organizado, o hospital não cura, não possibilita o domínio da loucura. Pode segregar o louco, retirá-lo do convívio social quando se mostra perigoso – e neste sentido o louco está no hospital como em uma prisão – mas é incapaz de atingir sua loucura” (MACHADO, 1978, p. 423).

A ineficácia do hospital em relação ao tratamento de alienados já era conhecida e, em grande medida, ignorada. Com a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, a questão hospitalar virou um problema de saúde pública e ganhou outros contornos:

“Pertencendo a uma mesma unidade, mortos, doentes contagiosos e loucos impedem que o hospital cumpra sua função terapêutica. Se há necessidade de construir um novo hospital, também é preciso criar espaços específicos para os perturbadores da ordem hospitalar: o cemitério, a enfermaria dos bexigentos e tuberculosos, o hospício” (MACHADO, 1978, p. 426).

“Atrapalhando” os bons costumes da vida social pública, os alienados foram retidos na Santa Casa. Agora, “perturbando” a ordem hospitalar, eles foram mais uma vez deslocados. O decreto de 18 de julho de 1841 criou o Hospício D. Pedro II, “ato da maioria do Imperador que assinala a instauração de um

governo encimado pelo chamado rei filósofo, complemento perfeito do pai dos desvalidos” (MACHADO, 1978, p. 428), inaugurado em 5 de dezembro de 1852.

“O Hospício é bem construído e, pelo temo em que o edificaram, com bem acentuados cuidados higiênicos. / As salas são claras, os quartos amplos, de acordo com a sua capacidade e destino, tudo bem arejado, com o ar azul dessa linda enseada de Botafogo que nos consola na sua imarcescível beleza, quando a olhamos levemente enrugada pelo terral, através das grades do manicômio, quando amanhecemos lembrando que não sabemos sonhar mais...” (BARRETO, 2010, p. 50).

O Hospício D. Pedro II foi inaugurado em dezembro de 1852. Em janeiro de 1890, logo após a Proclamação da República, foi rebatizado: Hospício Nacional de Alienados. A partir de 1911, a instituição passou a se chamar Hospital Nacional de Alienados. Funcionou até 1944 e, cinco anos depois, o prédio passou às mãos da Universidade do Brasil, atual UFRJ.

3.5.

O alcoólatra na Primeira República: caso de polícia e de internação

“Amaciado um pouco, tirando dele a brutalidade do acorrentamento, das surras, a superstição de rezas, exorcismo, bruxarias, etc., o nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o sequestro. Não há dinheiro que evite a Morte, quando ela tenha de vir; e não há dinheiro nem poder que arrebate um homem da loucura. Aqui no Hospício, com as suas divisões de classe, de vestuário, etc., eu só vejo um cemitério: uns estão de carneiro e outros de cova rasa. Mas, assim e assado, a loucura zomba de todas as vaidades e mergulha todos no insondável mar de seus caprichos incompreensíveis” (BARRETO, 2010, p. 90-91).

As novidades científicas conseguiam classificar os doentes e criar diagnósticos precisos para a época, mas o tratamento conferido aos alienados era o mesmo da Idade Média. A mudança é que agora eles eram reclusos com uma classificação que legitimava a reclusão.

No final do século XIX e início do século XX, o alcoólatra tinha imagem tanto, ou até mais, estigmatizada do que atualmente. À época, mais relevante do que o estilo de vida, era a crença de que a predisposição genética dos indivíduos tinha a capacidade de, literalmente, determinar sua existência. No caso dos alcoólatras, a genética os condenava irremediavelmente à loucura. Condenados, a primeira medida tomada pelas autoridades sanitárias e médicas era o isolar o indivíduo da sociedade – não por acaso, a Santa Casa e, posteriormente, o HNA, eram descritos como grandes centros de isolamento – em vários aspectos,

semelhantes ao que Loïc Wacquant definiu como a dinâmica da marginalidade avançada, conceito que retrata as novas formas de encerramento social excludente, bem como de marginalização, surgidas ou intensificadas no contexto do pós-fordismo em cidades de países centrais. Algumas de suas principais características são a alienação territorial, ou a dissolução do lugar, e a fragmentação simbólica e social.

“De resto, quase nunca os filhos dos loucos são gerados quando eles são loucos; os filhos de alcoólicos, da mesma forma, não o são quando seus pais chegam ao estado agudo do vício e, pelo tempo da geração, bebem como todo mundo. / Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, ou explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje, tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas diante das moças embasbacadas, mostrando os colos e os brilhantes, que a ciência tudo pode” (BARRETO, 2010, p. 68).

As teorias eugênicas primavam pela mistura de conceitos como racismo, alcoolismo e decadência moral (Arantes, 2008). Todas as “chagas da sociedade” eram analisadas sob essa ótica. O alcoolismo era classificado enquanto fator de degeneração mental e de conduta imoral dos indivíduos: eles eram enviados à Santa Casa e, posteriormente, ao Hospício. O tratamento de saúde não se restringia, contudo, às instituições médicas: a polícia desempenhou papel determinante neste processo, já que era instrumentalizada e tinha como uma de suas funções a ordenação moral dos indivíduos – assim sendo, não raro o indivíduo, antes de ser internado, tinha registro de passagem pela polícia (Arantes, 2008).

“A concepção desses boletins médicos revela a ação monótona e rotineira do diagnóstico dos doentes, certa padronização psiquiátrica na catalogação e definição da loucura, quase sempre movida por juízos de valores e rótulos, que se coadunavam com a estratégia política e normativa da psiquiatria” (ARANTES, 2008, p. 10).

O período em questão – no caso, o da segunda internação de Lima Barreto, entre dezembro de 1919 e fevereiro de 1920, quando ele escreveu o “Diário do Hospício” – é marcado pela instabilidade governamental da primeira república. Além das conturbações políticas, em diversas regiões do país havia movimentos sociais.

O atrelamento da psiquiatria ao sistema penal precede o contexto estudado, conforme anteriormente estudado, mas é possível perceber uma intensificação das estratégias de controle a partir da primeira república. Nada garantia que o sistema republicano fosse ser vitorioso, havia temores não da volta de monarquia, mas da ascensão de outras formas de governo. Assim, a ordenação social e política do período republicano, especialmente em seu momento inicial, foi fortemente organizada ao redor da punição – em outras palavras, em como conseguir controlar a população. O confinamento do louco e do alcoólatra, sob o mesmo rótulo, sob a tutela do médico enquanto “agenciador científico e de controle social” (Arantes, 2008), é um das ramificações disso.

“De fato, os hospitais psiquiátricos não estavam destinados apenas a receber os loucos, mas grande quantidade de pessoas muito diferentes umas das outras. Com a ampliação de parentescos em torno da loucura, houve crescimento vertiginoso das internações nos hospícios, principalmente depois da Proclamação da República e da promulgação do Decreto de n.206 A, de 15/2/1890, que determinava que todo cidadão que perturbasse a ordem pública, a moral e os costumes seria internado em asilos públicos. Inicialmente, todos os indivíduos que perturbavam a tranqüilidade pública eram internados no Asilo de Mendicidade e na Casa da Correção, que abrigava também os chamados loucos criminosos. Com a Proclamação da República, e com o início da construção do Hospício Pedro II, todos esses indivíduos foram recolhidos para o novo hospício” (ARANTES, 2008, p.03).

À época, o alcoolismo é, comumente, causa de internamento em hospícios: o álcool era considerado uma questão de saúde pública: doença coletiva, veneno social. Juliano Moreira, mais do que expoente da psiquiatria, um entusiasta das teorias eugênicas, relacionou o alcoolismo ao enfraquecimento da “raça” negra: a explicação para a “degeneração mental” dos negros era a alta absorção de álcool. Moreira defendia que o álcool foi empregado por colonizadores como meio de disciplinar os negros desobedientes e revoltados, anulando o que seria o traço de “agressividade inata” dos negros africanos (Arantes, 2008). Preocupado com os impactos na sociedade brasileira, Moreira chegou a propor a construção de um pavilhão que seria destinado aos alcoólatras internados no Hospício Nacional:

“A preocupação de Juliano Moreira com os alcoólatras refletia mais um desejo de intervir eugenicamente na sociedade do que resolver o problema do alcoolismo. Daí a interpretação preventiva da psiquiatria, que colocava o alcoolismo como fator de desestruturação social e uma das causas principais da degeneração social e moral da sociedade” (ARANTES, 2008, p. 04).

A preocupação médica da época não era, ainda, de prever a doença, mas de extirpá-la da sociedade. O boletim médico da primeira internação de Lima Barreto o descreve como alcoólatra, havendo um registro do inspetor da seção, que conhecia o pai de Lima Barreto, e incluiu no registro que o mesmo fazia uso excessivo de bebidas alcoólicas e encontrava-se em avançado estado de demência (Arantes, 2008).

“O alcoolismo era estigmatizado como doença capaz de levar as pessoas à loucura. Como o próprio Juliano Moreira viria a confirmar, o alcoolismo contribuía com percentual significativo nas internações do hospício. Tornou-se uma espécie de assimilação obscura da loucura, visto que o alcoólatra era inserido dentro do quadro patológico que, entre outras classificações morais, era tido como degenerado, idiota, imbecil e demente. O alcoolismo ‘encaminhava’ os homens normais à loucura e, por esse motivo, era preciso tomar medidas morais que coibissem o seu consumo para, somente em último caso, internar o indivíduo potencialmente destinado a tornar-se ‘louco’, ou mesmo ‘criminoso’” (ARANTES, 2008, p. 06).

Sendo o alcoolismo entendido como uma condição hereditária, isolar os indivíduos que continham esse histórico e o manifestavam publicamente era uma medida a ser empregada para sanar a população, no médio e longo prazo. Aproximava-se mais de uma política pública de saúde do que do cuidado com o indivíduo – até pela crença psiquiátrica no aumento progressivo de “alcoólatras degenerados”:

“Os psiquiatras tentavam provar, por meio de evidência estatística momentânea, que o alcoolismo era um calamidade social, tão pernicioso quanto à prostituição e à ‘ociosidade’ dos negros e pobres. Muitos psiquiatras, convencidos da infalibilidade de sua ciência, desprezavam os fatores psicológicos e sociais dos indivíduos na questão do alcoolismo, para abordá-lo como problema biológico, hereditário, moral, sexual e até mesmo racial, além de enfatizarem a ‘tendência’ geral dos negros para o alcoolismo” (ARANTES, 2008, p. 06).

Assim, a loucura e o alcoolismo são problematizados como fontes de “degradação social e moral”: ser alcoólatra era sinônimo de ser vagabundo, malandro, desocupado, atributos que a República execrava. Até porque a instauração da República era entendida como o momento das luzes – tudo o que lembrava o passado escravista colonial e imperial era rechaçado, já que o Brasil vislumbrado era outro: civilizado, antagônico ao passado.

“E, para interditar esses loucos, surgiram os chamados manicômios, que é um termo genérico usado para classificar hospícios, asilos, hospitais psiquiátricos e demais lugares de tratamento da doença mental que se valem do princípio do isolamento da pessoa (louca) da sociedade. O ambiente do manicômio configurava-se em um lugar onde os internados perdiam todas as suas referências de vida, eram excluídos do convívio familiar, do trabalho, do local onde moravam, da cidade, entre outros. Perdiam, portanto, a maior garantia que a sociedade moderna pretendia dar a todos: a cidadania” (Carniel; Pedrão, 2005, p. 01-02).

O alcoolismo era fortemente associado aos hábitos do Brasil colônia – era entendido como uma característica “atrasada”, diferente das luzes trazidas pela República. A postura em relação ao alcoolismo reflete, em muito, o que foi feito: o que não combinava com os tons da Belle Époque, era enclausurado à força, com participação da polícia. Várias questões também foram enclausuradas, entre elas a posição subalterna dos negros e mulatos na sociedade brasileira - questão herdada do período colonial, e mantida, como se fosse um dado natural. Desatino: uma república sem cidadania, ou com cidadãos de segunda classe.

“O alcoolismo tinha estreita ligação com a qualidade de vida das pessoas no meio urbano, o que talvez explique a alta taxa de alcoolismo entre os negros nas primeiras décadas do século XX, reconhecidos como cidadãos de segunda classe” (ARANTES, 2008, p. 07).

A República fora instalada, mas as pessoas continuavam as mesmas. As mudanças de pensamento, felizmente ou não, dificilmente acompanham marcos temporais. O Brasil era República, a escravidão havia sido abolida, mas a instauração da República por si só não sanou as questões sociais e a abolição da escravidão não modificou instantaneamente o pensamento sobre a condição do escravo na sociedade.

Assim, é possível entender o caráter duplamente normativo do período em questão: normatizar o que seria o Brasil – não apenas em termos de identidade nacional, mas também do tipo social que habitaria o país – e o que fazer com os desviantes da nova norma, associados ao passado. Em vários aspectos, a República antes fragmentou e polarizou do que integrou.

“Em questões relativas a alienados, a legislação do período era muito clara a respeito do papel da polícia, revelando pontos curiosos como à existência de exames médicos feitos por peritos da polícia e de requisições emitidas pela autoridade policial, que informavam ao juiz competente a guarda provisória dos bens do alienado. Era legislação sobretudo preocupada em estabelecer parâmetros de conduta social, uma espécie de esforço normalizador que, por meio de medidas coercitivas, tentavam tirar de circulação o louco, o alcoólatra, o libertino, a prostituta, o mendigo, o arruaceiro, o malando, o pingente, enfim, quase todos os indivíduos que, por motivos diversos, estivessem entregues às ‘devassidões públicas’” (ARANTES, 2008, p. 13).

4. A escrita.

“Sempre achei a condição para obra superior a mais cega e mais absoluta sinceridade”
(BARRETO, 2001, p. 16).

4.1. **Autor ou signatário? Questionamentos sobre o conceito de “autor” nos Diários de Lima Barreto.**

Lima Barreto deixou extensa obra, composta de romances, contos, crônicas e dois diários. Mas os diários podem ser considerados parte da obra – em outras palavras, teriam os textos autobiográficos autor ou signatário? Ao contrário dos demais escritos, o “Diário do Hospício”, composto por fragmentos, em tiras de papel soltas, não foi elaborado para ser lido pelo público – sendo utilizado, posteriormente, por Lima Barreto, como guia para a ficção “Cemitério dos vivos”. O “Diário Íntimo” também não foi redigido com o objetivo de ser publicado:

“Se essas notas forem algum dia lidas, o que eu não espero, há de ser difícil explicar esse sentimento doloroso que eu tenho de minha casa, do desacordo profundo entre eu e ela; é de tal forma nuançosa a razão de ser disso que para bem ser compreendida exigiria uma autobiografia, que nunca farei. Há coisas que, sentidas em nós, não podemos dizer” (BARRETO, 2001, p. 12).

Não há autor sem texto, mas a recíproca não é, necessariamente, verdadeira: nem todo o texto tem autor. De acordo com o conceito desenvolvido por Michel Foucault, “autor” seria não apenas o indivíduo que tece um texto, mas um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, 2009, p. 26). O autor surge quando há forte individualização das ideias e dos conhecimentos, de forma que a unidade criada entre o autor e sua obra se sobrepõe aos demais marcadores, como filosofia, história, literatura. Autor e obra formam uma unidade e a autoria confere autenticidade ao que é relatado (Foucault, 2009):

“Ora, a crítica literária moderna, mesmo quando não tem a preocupação de autentificação (o que é a regra geral), não define o autor de outra maneira: o autor é aquilo que permite explicar tanto a presença de certos acontecimentos numa obra como as suas transformações, as suas deformações, as suas modificações diversas (e isto através da biografia do autor, da delimitação da sua perspectiva individual, da análise da sua origem social ou da sua posição de classe, da revelação do seu projeto fundamental)” (FOUCAULT, 2009, p. 53).

Assim, é possível afirmar que há unidade nos escritos de Lima Barreto – mesmo em seus registros não oficiais, compostos por fragmentos de textos –, sendo a marca de sua literatura a postura crítica, militante, perante o que era vivenciado.

4.2.

A função autor.

Mais do que identificar, o nome do autor classifica e funciona como guia de entendimento dos textos, reunidos na unidade da obra – o que Foucault define como “função autor”. É por meio da função autor que os discursos adquirem autoridade e são socialmente reconhecidos como “legítimos”. Assim, ganham visibilidade, dependendo da ressonância que encontrem perante a constelação de valores e crenças da sociedade em questão:

“Um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, seleccioná-los, opô-los a outros textos. (...) Em suma, o nome do autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer 'isto foi escrito por fulano' ou 'tal indivíduo é o autor', indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto” (FOUCAULT, 2009, p. 44-45).

A função autor é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade. Mais do que indicação, característica do nome próprio, o nome do autor tem como qualidade a designação do escrito que nomeia. Não é apenas mais um elemento do discurso, exerce uma função que ultrapassa o texto em questão e estabelece diálogo com os demais, permitindo que se reagrupem as narrativas. Assim, o nome do autor caracteriza um modo de ser específico do discurso, alertando de que forma ele deve ser recebido – em outras palavras, o texto deixa de ser um discurso indiferente e passa a ser entendido como singular, com autoridade para abranger as áreas do conhecimento sobre as quais se refere.

Nem todos os discursos são portadores da função autor. No período estudado, o saber científico pode ser entendido como um dos que captavam essa função: sua “autoridade” estendia-se às questões sociais, sendo por vezes evocada como argumento para interferir em políticas públicas – como as internações no HNA, forte mecanismo de controle social, estudadas no capítulo 03 deste trabalho.

4.3.

A escrita de si

“O meu transplante forçado para outro meio que não o meu. A necessidade de convivência com os de meu espírito e educação. Estranheza” (BARRETO, 2010, p. 115).

A escrita, particularmente a escrita de si, é uma forma de constante (re)constituição do eu – o que Foucault nomeia de escrita etho-poiética, característica da escrita de si, que reúne a função poética à política de criação de si. Os *hypomnemata* – cadernos pessoais que continham citações, fragmentos de obras, breves reflexões, relatos, frases e pensamentos –, utilizados como guias de conduta, são uma das fontes de escrita de si estudadas pelo autor.

Os *hypomnemata* são descritos por Foucault como espaços para criar uma “memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas” (FOUCAULT, 2009, p. 134), escritos de registro e posterior releitura ou meditação – mas não são materiais de eventuais consultas, mas sim de frequentes acessos. “‘À mão’ portanto, não apenas no sentido de poderem ser trazidos à consciência, mas no sentido de que se deve poder utilizá-los, logo que necessário, na acção” (FOUCAULT, 2009, p. 136).

Por mais semelhanças que tenham com diários, como a pessoalidade das anotações, Foucault esclarece que os *hypomnemata* não constituem uma narrativa de si mesmo. O objetivo não é de natureza confessional, mas de explicitação, no sentido proposto por Latour, do que foi percebido ou vivenciado ao longo do dia pelo autor:

“Por mais pessoais que sejam, estes *hypomnemata* não devem porém ser entendidos como diários íntimos, ou como aqueles relatos de experiências espirituais (tentações, lutas, fracassos e vitórias) que poderão ser encontrados na literatura cristã ulterior. Não constituem uma ‘narrativa de si mesmo’; não têm por objectivo trazer à luz do dia as arcana *conscientiae* cuja confissão – oral ou escrita – possui valor de purificação. O movimento que visam efectuar é inverso desse: trata-se, não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si” (FOUCAULT, 2009, p. 137).

A constituição de si acontece por meio da escrita – transformando o que foi vivenciado, visto ou ouvido em “forças e em sangue”. A escrita é o escritor.

“Ele mesmo um oprimido na sua condição de pobre e mulato, neto de escravos num país que mal abolira a escravidão e que ainda mantinha em grande medida, uma mentalidade escravocrata, seria na sua época um “escritor marginal”, não aceito no circuito fechado da república das letras, e fez da sua literatura arma de combate em defesa dos oprimidos” (FREIRE, p. 03).

4.4. Escrita etnográfica

“Esperei o médico. Era um doutor Ayrosa, creio eu ser esse o nome, interrogou-me, respondi-lhe com toda a verdade, e ele não me pareceu mau rapaz, mas sorriu enigmaticamente, ou como dizendo: ‘você fica mesmo aí’, ou querendo exprimir que os meus méritos literários nada valiam, naturalmente à vista das burrices do Aluísio. Fosse uma coisa, fosse outra, fossem ambas conjuntamente, não me agastei. Ele era muito moço; na sua idade, no caso dele, eu talvez pensasse da mesma forma” (BARRETO, 2010, p. 48-49).

Lima Barreto não pretendia fazer uma etnografia – mesmo assim, seus diários, especialmente o “Diário do Hospício”, aproximam-se muito do que Clifford Geertz entende como o “milagre dos bastidores”:

“A capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com uma aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual, do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) – de realmente haverem, de um modo ou de outro, ‘estado lá’. E é aí, ao nos convencer de que esse milagre dos bastidores ocorreu, que entra a escrita” (GEERTZ, 2009, p. 15).

Em diversos momentos é possível identificar algo semelhante à descrição etnográfica: o “estar lá”, detalhadamente escrito no “Diário do Hospício” refere-se não a um parecer definitivo sobre como seria a vida dos internos, mas à

perspectiva de Lima Barreto, o olhar do autor sobre a realidade que o cercava – como quando, por exemplo, é relatada a convivência com os internos:

“(…) Mas estava escrito que eu não poderia, no meio de cento e tantos insanos, encontrar um com quem trocasse uma palavra. / Os leitores hão de dizer que não era possível encontrar isso numa casa de loucos. É um engano; há muitas formas de loucura e algumas permitem aos doentes momentos de verdadeira e completa lucidez. (...) Dá-se o mesmo com a instrução, a educação. A loucura dá intervalos. Eu vi um rapazote de vinte e poucos anos explicar aritmética a um outro, divisibilidade, e pelo que me lembro estava certo tudo o que ele expunha. Não me quis aproximar para não parecer importuno, mas pelo que ouvi ao longe nada tenho a atribuir como erro. Entretanto, ele vivia delirando” (BARRETO, 2010, p. 73).

O excerto citado aproxima-se da “observação participante”, definida por James Clifford como a vivência da tradução: “A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução” (CLIFFORD, 1998, p. 20). Aparece, aí, um duplo desafio: lidar com as armadilhas da tradução não apenas no momento em que acontece a observação participante, mas também ao compor o texto etnográfico. O diferencial desse método é a conjunção da capacidade de elaborar a análise científica com a experiência pessoal do etnógrafo. Assim, é possível contextualizar de maneira mais cuidadosa o acontecimento e, ao mesmo tempo, ampliar sua significação:

“A observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. Acontecimentos singulares, assim, adquirem uma significação mais profunda ou mais geral, regras estruturais, e assim por diante” (CLIFFORD, 1998, p. 33).

Não por acaso, durante muito tempo, a experiência foi entendida como o principal critério para se assegurar a autoridade etnográfica. Apesar da presença participativa e do conhecimento acumulativo de quem vivência o campo, havia uma forte tendência em tomar a experiência obtida como “palavra final” acerca do grupo social estudado. Correntes críticas apontaram os equívocos dessa generalização, ressaltando a importância do trabalho de campo, mas a urgência em não reduzir a riqueza e a complexidade de determinado povo ao que foi captado. Em outras palavras, o etnógrafo acumula diversos conhecimentos sobre o campo,

mas não pode ter a pretensão de esgotar o assunto nem de silenciar / falar em nome do objeto de estudo.

Essa discussão apresenta-se como relevante porque elaborar uma etnografia é um processo amplo, do qual é parte a redação do texto etnográfico. São conceitos distintos, que não devem ser entendidos como similares: enquanto o texto etnográfico é produzido no campo, tendo como referência as situações vivenciadas pelo etnógrafo; a etnografia não apenas é produzida em outro contexto, como também ocupa outro lugar:

“O texto, diferentemente do discurso, pode viajar. Se muito da escrita etnográfica é produzida no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas através de formas textualizadas. Os eventos e os encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos” (CLIFFORD, 1998, p. 40-41).

Acontece, assim, a transição da experiência obtida em campo para o texto etnográfico – feita por meio da tradução, que evidencia importantes aspectos da autoridade etnográfica. Na etnografia, as ambigüidades inerentes a qualquer tipo de interação humana são amenizadas, sendo habilmente costuradas, formando o que James Clifford chama de “retrato integrado”. Nele, não há espaço para dúvidas, reflexões ou devaneios que deturpem a narrativa (ou descrição) coesa que é construída pelo etnógrafo. Não por acaso, o conceito de autoridade etnográfica durante muito tempo foi utilizado para englobar os diversos silêncios contidos em um trabalho etnográfico, como informantes, demais intermediários, aspectos dialógicos e demais questões que demonstram os ruídos na comunicação. Abordagens mais recentes problematizam a autoridade etnográfica, reconhecendo os diversos fatores nela presentes, e entendendo que esses antes são negociados do que experimentados ou interpretados:

“Torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra’ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos. Paradigmas de experiência e interpretação estão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia” (CLIFFORD, 1998, p. 43).

Assim, faz-se necessário entender a escrita etnográfica a partir de lentes dialógicas, valorizando as diversas subjetividades e nuances contextuais que

atravessam o texto – ao contrário da abordagem monológica, que extrapola o foco sobre a versão do autor, confundindo etnografia com uma “legítima declaração” sobre determinado povo / estilo de vida, ou com a interpretação de uma realidade abstraída.

Dessa forma, o paradigma discursivo da escrita etnográfica amplia as possibilidades de criação e apropriação do texto etnográfico ao enfatizar a sua vertente interlocutiva, em que o etnógrafo ocupa posição específica em uma teia de relações intersubjetivas. A interlocução é importante por minar o mito da neutralidade nos posicionamentos discursivos – teoria obsoleta que privilegiava o discurso de determinados sujeitos em detrimento do aspecto interacional, ou seja, a visão compartilhada de como são estabelecidas as relações entre o eu e o outro.

Essa mudança de paradigma permitiu que a escrita etnográfica, em diversos aspectos, florescesse. A etnografia passou a ser um campo em que as várias vozes que a compõem negociam visões sobre a realidade. O etnógrafo deixou de ser narrador onisciente e intérprete, e passou a ser um dos vários personagens envolvidos na narração – ou, para os adeptos da antropologia simétrica, descrição – de determinado grupo social, sendo incorporadas questões como a vulnerabilidade por todos, incluído o etnógrafo, vivenciada.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a escrita de Lima Barreto nos diários aproxima-se bastante da arte autoetnográfica. A autoetnografia é um conceito que articula e transita entre diversos saberes, notadamente os estudos de literatura, cultura e antropologia, para tentar dar conta do que é a escrita autoetnográfica. De acordo com Heidrun Olinto, o diferencial dessa abordagem é sua capacidade de revisionar antigos paradigmas e dar voz ao que, antes, configurava um silêncio da narrativa etnográfica, especialmente na escrita de autobiografias e memórias:

“Nesta tradução o mito da integridade do self é afrontado pela cacofonia de múltiplas vozes sem síntese; a descrição do outro como objeto é substituído pelo diálogo interminável e tenso entre subjetividades distintas e a escrita, de modo geral, vista como reprodução transparente de realidades exteriores, é questionada a favor de seu estatuto performático de evento” (OLINTO, 2005, p. 13).

Daniela Versiani contextualiza o surgimento da autoetnografia, ressaltando que, embora não seja uma palavra nova, tampouco pode ser entendida como uma

expressão já consolidada. Em outras palavras, é um conceito em construção – o que tem a ver menos com o eixo temporal, ou seja, há quanto tempo existe o termo, do que com sua contínua capacidade de se recriar, incorporando novos significados. Entre eles, cabe citar a revisão do lugar conferido ao sujeito produtor de conhecimento, os contextos multiculturais em que são redigidas as autoetnografias e a mudança de posicionamento em relação ao papel desempenhado pelas diversas subjetividades.

O “Outro” homogeneizador, escrito com letra maiúscula, deixou de ser um conceito totalizador, sendo perfurado por outras influências, adquirindo, assim, novos contornos – a perspectiva centralizadora, que dilui uma pluralidade de subjetividades em uma única categoria, foi substituída por abordagens que incorporam os discursos minoritários e outras perspectivas de forma polifônica. Não há mais a pretensão de se forjar um consenso, sendo as discordâncias reconhecidas e discutidas, ao invés de meramente assimiladas.

Conclusão

“Existir é diferir; na verdade, a diferença é, em um certo sentido, o lado substancial das coisas, o que elas têm ao mesmo tempo de mais próprio e de mais comum. É preciso partir daí e evitar explicar esse fato, ao qual tudo retorna, inclusive a identidade da qual falsamente se parte. Pois a identidade é apenas um mínimo, e portanto apenas uma espécie, e uma espécie infinitamente rara, de diferença, assim como o repouso é apenas um caso do movimento, e o círculo uma variedade da elipse” (TARDE, p. 98).

Pensar criticamente sobre o que aconteceu é relevante para buscar caminhos alternativos – especialmente no atual contexto de pré jogos olímpicos e copa do mundo, em que já se modifica, mais uma vez, de maneira drástica, o cenário urbano do Rio de Janeiro. Tanto o movimento entendido como Regeneração quanto a sua antítese, o HNA, instituição criada antes das transformações urbanas aqui estudadas, mas com abordagem complementar – sendo a prisão e clausura a política pública social da Primeira República – mostram a dificuldade de lidar com a diferença. Como bem observa Zizek, “ (...) o Outro não constitui qualquer problema desde que a sua presença não seja intrusiva, na medida em que, de facto, o Outro não seja verdadeiramente o Outro...” (Zizek, 2006, p. 133).

“Ler os livros de Lima Barreto é de alguma forma participar do drama do intelectual sitiado. Mais talvez do que isso, é um exercício de consciência histórica que conta com a vantagem, como poucas vezes noutro escritor brasileiro, de um difícil testemunho: constatar como a vida, e nesta a opressão e o fracasso, se converte em literatura” (PRADO, 1989, p. 03).

Mais do que espaço de denúncia e de reflexão, a escrita era, para Lima Barreto, uma profanação. Mais do que relatos ou pensamentos, há em seus diários registros de possibilidades de perfuração dos contextos por ele analisados – tanto no “Diário do Hospício”, em que o foco é o ambiente interno do hospício, quanto no “Diário Íntimo”, em que são tecidas diversas críticas à Regeneração, ao ambiente literário da época, à sua situação familiar. De acordo com Agamben, profanar “significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência, que ignora a separação, ou melhor, faz dela um uso particular” (AGAMBEN, 2007, p. 66). Profanar implica em buscar saídas criativas para situações limite, como as vivenciadas pelo escritor:

“Aos olhos do mulato pobre do subúrbio que escreve até altas horas ouvindo os gritos delirantes do pai louco, a vida explode em surda velocidade, projetando como num filme as cenas que preenchem o seu dia. Sequências em que são muito pouco os pontos luminosos: a imagem do ‘tétrico mosaico de dor e de tolice’ da casa em que vive, o desespero ante o ‘escárnio interior’ da discriminação racial na rua e no trabalho, a revolta com a ‘onisciência dos militares’ e com a retórica de Rui Barbosa, o medo da crítica acadêmica e principalmente a forte impressão da truculência que submetia os negros e, em geral, os pobres sob os primeiros governos republicanos” (PRADO, 1989, p. 04-05).

Apesar de ter sido construído com o objetivo de conferir melhor tratamento aos pacientes psiquiátricos, por vezes o HNA foi utilizado como uma instituição total em que era encarcerada a parcela “indesejada” da população – a “Regeneração” carioca atingia não apenas o espaço físico, mas as formas de viver, os hábitos sociais, sendo os que não coadunavam com essa mentalidade recolhidos pela polícia e enjaulados em tal instituição.

Slavoj Zizek, em “Elogio da Intolerância”, conceitua multiculturalismo como a forma ideal do capitalismo planetário, bastante aplicado atualmente para entender de que forma a diferença é, ao mesmo tempo, respeitada em suas particularidades e aniquilada no convívio social. Esse racismo desvelado “respeita a identidade do Outro, concebendo-o como uma comunidade ‘autêntica’ fechada sobre si mesma, em relação à qual o adepto do multiculturalismo mantém, pelo seu lado, uma distância que torna possível sua posição universal privilegiada” (ZIZEK, 2006, p. 72).

Pode-se entender que a abordagem conferida aos que não aceitaram ou não foram beneficiados pelas transições no Rio de Janeiro foi bastante multilateralista, no sentido explorado por Zizek. Assim, ao lado do palácio de mármore incrustado no centro da cidade, com o alargamento das ruas, os prédios imponentes, e os demais ícones da “modernização”, era necessário apropriar-se de um espaço para os “Outros”.

O HNA constituiu, dessa maneira, o local em que a especificidade do “Outro” seria, teoricamente, respeitada – ao contrário do que acontecia na prática, como percebemos anteriormente, sendo esse espaço uma instituição que controlava todos os aspectos da vida dos internos, aplicando penalidades físicas, mentais e psicológicas.

Dessubstancializar o outro é a forma encontrada de manter uma postura asséptica, pretensamente indiferente, perante o ocorrido. Negar humanidade ao outro é negar humanidade a nós mesmos, postergando o encontro com a diferença.

Neste contexto, a literatura de Lima Barreto se destaca por não se sujeitar a essa abordagem. O autor vivencia situações limite – nas quais tem como principal característica a busca pela humanidade e a capacidade de expressar o que sentia, bem como sua postura crítica aos acontecimentos, por meio da literatura.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Elogio da Profanação. In: **Profanações**. SP: Boitempo Editorial, 2007.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império**. SP: Paz e Terra, 2002.

ARANTES, Marco Antonio. Para mim, Paraty – alcoolismo e loucura em Lima Barreto. In: **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**. Vol. 04, Nº. 01, Artigo 09. SP, 2008.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto: 1881-1922**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BARRETO, Lima. **Diário íntimo – fragmentos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

_____. **Diário do hospício e o Cemitério dos Vivos**. SP: Cosac Naify, 2010.

_____. “Apresentação da Revista Floreal”. In: **Impressões de Leitura**. SP: Brasiliense, 1956.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. SP: Perspectiva, 1992.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. RJ: José Olympio, 2004.

CARNIEL; PEDRÃO, Aline Dadalte; Luiz Jorge. A prática de acompanhante terapêutico com o portador de transtorno mental. In: **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**. Vol. 01, N. 02, SP, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi**. SP: Schwarcz, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil – um corte ideológico**. RJ: Garamond, 2006.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo, Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. RJ: Jorge Zahar, 2000.

FELIPE DA SILVA, Gislene Maria Barral Lima. A experiência literária da loucura em Lima Barreto. In: **Revista Interdisciplinar**, Ano 03, v. 05, n. 05, jan – jun 2008.

FERREIRA, Luciana da Costa. Os percursos literários do leitor Lima Barreto. In: **Revista Garrafa**. Maio-agosto de 2011.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Editora Nova Vega, 2009.

_____. **A ordem do discurso**. SP: Edições Loyola, 2010.

FREIRE, Manoel. A retórica do oprimido: sobre a ideia de literatura militante em Lima Barreto. In: **Revista Travessias**, n. 02.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas – o antropólogo como autor**. RJ: Editora UFRJ, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. RJ: Zaar, 1975.

GOMES, MOREIRA DE ARAÚJO; Flávio, Carlos Eduardo. A igualdade que não veio. In: **Revista Eletrônica História Viva**, Edição 55, Maio de 2008.

GULLAR, Ferreira. Adrixerlinus In: **Cidades inventadas**. RJ: José Olympio Editora, 1997.

HIDALGO, Luciana. **Literatura da urgência – Lima Barreto no domínio da loucura**. SP: Annablume Editora, 2008.

LATOUR, Bruno. A cautious Prometheus? A few steps toward a philosophy of design. In: **Keynote lecture**, Seminário Networks of Design. 2008.

LUCAS DA COSTA, Raul Max. Alcoolismo, discurso científico e escrita de si no Diário do Hospício de Lima Barreto. In: **Revista Antíteses**, vol. 01, n. 01, jan-jun. de 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da República das Letras**. SP, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MACHADO, Lia Osório. “As idéias no lugar”. In: **Revista Terra Brasilis** [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 09 Janeiro 2013. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/298>

MACHADO, Roberto. **Danação da norma – medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. RJ: Graal, 1978.

MARQUES, Eduardo Cesar. Da higiene à construção da cidade: o estado e o saneamento no Rio de Janeiro. In: **Revista Manguinhos**, v. II, jul – out 1995.

OLINTO, Heidrun. Apud VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografia – conceitos alternativos em construção**. RJ: Editora Sete Letras, 2005.

PASSIANI, Enio. Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan/jun, 2002.

PRADO, Antonio Arnoni. **Lima Barreto – o crítico e a crise**. SP: Martins Fontes, 1989.

_____. **Literatura Comentada – Lima Barreto**. SP: Editora Nova Cultural, 1988.

RAMOS, Fernando A. da Cunha; GEREMIAS, Luiz. **Instituto Philippe Pinel: origens históricas**. Disponível em:
http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_origens.pdf

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. SP: Livraria Duas Cidades, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. SP: Editora Brasiliense, 1989.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical – História cultural e polêmicas literárias no Brasil**. SP: Editora Schwarcz, 1991.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografia – conceitos alternativos em construção**. RJ: Editora Sete Letras, 2005.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade – estudos sobre marginalidade avançada**. Editora Revan.